

PODER

Governo força a mão para negociar

Com a judicialização do projeto de desoneração da folha, Palácio do Planalto acena com possibilidade de se chegar a um meio-termo

» HENRIQUE LESSA

Cadu Gomes/VPR



Depois de amargar duas derrotas no Congresso sobre a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e das pequenas prefeituras, a liminar do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), deixa o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em vantagem. Agora, o Palácio do Planalto sinaliza para uma negociação que reduza o atrito entre os Poderes.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, disse, ontem, que o projeto errou ao não indicar a fonte para prorrogar a desoneração. E deixou claro que, agora, é o governo que tem as cartas. Isso porque ou se deixa o STF resolver ou se negocia uma desoneração menor.

“Uma hipótese é aguardar a decisão do Supremo — e está tudo resolvido. Ou, então, o nosso governo, que é um governo do diálogo, faz um esforço para uma coisa menor, uma desoneração menor, e aí diz de onde vai cortar no gasto ou como vai aumentar a receita. O importante é dizer qual é a fonte”, disse Alckmin, em entrevista à BandNews.

Alckmin aposta que o STF decidirá pela inconstitucionalidade da desoneração. “A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o gasto precisa ter a indicação da receita, seja ampliando a arrecadação ou cortando custos. É por isso que está 5 x 0 no STF. Para dizer que quando se cria uma despesa ao governo, precisa se dizer de onde vai sair a receita”, acrescentou. O vice-presidente participou de um evento, em São Paulo, sobre a Reforma Tributária.

Por sua vez, o ministro de

Relações Institucionais, Alexandre Padilha, garantiu que não há embate entre o governo e o Congresso e que o Executivo não fará nenhuma afronta aos demais Poderes.

“É para isso que existe, também, a autonomia entre os Poderes. Agora, todos eles são regidos por uma Constituição. Temos o STF com o papel de interpretar-la”, disse o Padilha, ontem, logo depois de se encontrar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad — que disse ser natural que o chefe da equipe econômica defenda a sustentabilidade das contas públicas, assim como entende que o

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defende as decisões parlamentares.

“Tem dado muito resultado o nosso diálogo com o Congresso e com o Judiciário. O Pacheco segue sendo um aliado”, amenizou o ministro da Fazenda.

Esforço coletivo

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou, ontem, na apresentação dos resultados da caixa da União no primeiro trimestre de 2024, no Ministério da Fazenda, que a judicialização da desoneração da folha mostra o empenho do

governo com a recuperação fiscal do país. Mas também indicou que Executivo quer uma saída negociada.

“Nem a Fazenda nem o Executivo sozinhos podem garantir a recuperação fiscal do país, que depende desse pacto entre todos os Poderes”, cobrou.

O fim da desoneração nos moldes aprovados pelo Congresso — deve custar R\$ 10 bilhões por ano ao caixa da União — é fundamental para a equipe econômica. Mas caso não se construa um projeto de meio termo, há uma segunda saída além da hipótese de o STF decretar inconstitucional



Uma hipótese é aguardar a decisão do Supremo — e está tudo resolvido. Ou, então, o nosso governo, que é um governo do diálogo, faz um esforço para uma coisa menor, uma desoneração menor, e aí diz de onde vai cortar no gasto ou como vai aumentar a receita. O importante é dizer qual é a fonte”

**Vice-presidente
Geraldo Alckmin**

o projeto do Senado. O Palácio do Planalto pode suprimir parte do recurso das emendas parlamentares para criar a dotação para a desoneração.

Mas a intenção é chamar o Congresso à negociação e reduzir a temperatura da mal-estar, sobretudo com Pacheco — que, na sexta-feira passada, se disse “perplexo” com a atitude do governo de judicializar a medida. Caso haja a reoneração da folha, como a contribuição previdenciária patronal é recolhida a cada dia 20 do mês, em 20 de maio as empresas precisarão descontar o valor cheio sobre a relação de salários.

Perse deve ir a votação

» ÁNDREA MALCHER

O Plenário do Senado deve votar, hoje, o Projeto de Lei (PL) 1.026/24, que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) deve propor que seja incluída no texto a correção do valor pela inflação durante a vigência do benefício — o que deve impactar ainda mais as contas públicas.

O PL foi aprovado pela Câmara com mudanças feitas pela relatora, deputada Renata Abreu (Podemos-SP). Apesar de o governo ter articulado para diminuir ao máximo os setores beneficiados, a parlamentar decidiu que benefício deveria valer para 30 atividades. No texto original, o governo reduziu de 44 para 12 a lista de atividades que poderiam ter a redução de tributos do Perse.

Padilha também elencou como prioridade para o governo votar o projeto que retorna com o seguro DPVAT na forma do Seguro Obrigatório para Vítimas de Acidentes de Trânsito, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A matéria está prevista na pauta de hoje do colegiado. No texto, um “jabuti” permite um aumento de R\$ 15 bilhões, articulado pelo governo como forma de recompor um meio-termo de R\$ 3,6 bilhões em emendas de comissão, cortadas pelo voto do presidente Lula.

O ministro afirmou que a análise do novo DPVAT é um “compromisso” do presidente da comissão, Davi Alcolumbre (União-AP), “que convocou a reunião da CCJ com esse ponto exclusivo”.

Informe Publicitário



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Desoneração da folha é leite derramado

Depois de um almoço com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, voltou a defender a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e municípios com até 158 mil habitantes. Argumenta que não há previsão de receitas para reduzir as alíquotas de contribuição para a Previdência.

A regra permitiria que empresas de 17 setores substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e serviço prestado. Estima-se que a medida pode gerar 8,9 milhões de empregos formais diretos, além de outros milhões de postos de trabalho na cadeia produtiva dessas empresas.

Os setores beneficiados são a indústria (couro, calçados, confecções, têxtil, proteína animal, máquinas e equipamentos); os serviços de tecnologia (TI e TIC, call center, comunicação); os transportes (rodoviário de cargas, rodoviário de passageiros urbano e metro ferroviário); e a construção civil e pesada. As prefeituras de municípios até 158 mil habitantes seriam beneficiadas por uma redução de 20% para 5% da folha de pagamento. A desoneração valeria até 31 de dezembro de 2027, quando entrar em vigor a Reforma Tributária.

A decisão do governo provocou forte reação do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que recorreu ao plenário do Supremo, mas a votação está 5 x 0 a favor da liminar que suspendeu as desonerações. O julgamento foi suspenso por um pedido de

vista do ministro Luiz Fux. Há amplo apoio nos meios empresariais, políticos e sindicais às desonerações.

A Advocacia do Senado alega que a lei não poderia ter sido anulada por decisão monocrática do ministro Cristiano Zanin. De acordo com o documento, não há criação de novas despesas em relação à desoneração desses setores, que fora adotada durante o governo Dilma Rousseff, em 2011, como medida para combater a recessão.

Segundo Pacheco, o Congresso aprovou leis que aumentaram em R\$ 80 bilhões a arrecadação do governo, o que não justificaria a cobrança feita por Haddad de que o Congresso deveria ter mais responsabilidade fiscal. Esse valor cobriria em muito os R\$ 10 bilhões/ano referentes à desoneração dos municípios.

O Congresso, de fato, aprovou várias leis que aumentaram a arrecadação: voto de Minerva Carf, apostas esportivas, offshores, fundos exclusivos, subvenções de ICMS e o arcabouço fiscal. E aprovou uma lei que veda cancelamento de legislação do Congresso por decisão individual de ministros do Supremo, sem apoio da maioria absoluta dos membros do STF. Além disso, o Congresso e a Procuradoria-Geral da República (PGR) também deveriam ter sido ouvidos antes da decisão de Zanin.

Prerrogativas

Há três dimensões no embate entre o governo e o Congresso. A primeira, por óbvio, é o fato de que o governo foi fragorosamente derrotado no Congresso, com a derrubada dos vetos de Lula por esmagadora maioria. Ao não aceitar a derrubada dos vetos, o governo força a barra para disputar em “terceiro turno”. Embora exista a prerrogativa institucional de o presidente

da República recorrer ao Supremo sempre que julgar uma decisão do Congresso inconstitucional, ganhando ou perdendo, haverá um custo político para isso.

A segunda dimensão é o fato de que o Congresso não tem compromisso com o equilíbrio fiscal pelo lado da receita. O que significa isso? A maioria dos deputados e senadores tem muita dificuldade para votar a favor de aumento de impostos, ao mesmo tempo em que não tem nenhuma para aumentar os gastos. O governo quer aumentar impostos para gastar mais com seus programas sociais e as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Congresso pretende reduzir os impostos e exigir do governo que corte gastos, desde que não sejam com as emendas parlamentares ao Orçamento.

A terceira dimensão é a “judicialização” da relação entre o Executivo e Congresso. O protagonista do STF bateu no teto em 8 de janeiro, quando houve a invasão dos palácios da Praça dos Três Poderes. O amplo apoio que obteve contra os golpistas, que estão sendo investigados, presos e condenados, foi resultado de um amplo movimento em defesa da democracia, no qual o Congresso teve um papel decisivo.

Esse apoio não se aplica à toda a agenda do próprio Supremo, como nas questões do marco temporal, da Lei do Aborto e da legislação penal. Nesses assuntos, o STF enfrenta forte oposição conservadora ao seu papel contramajoritário, em razão dos direitos individuais e das minorias. Mas precisa tomar cuidado em relação às decisões monocráticas de seus ministros, muitas delas contraditórias e desgastantes do ponto de vista ético — quando o assunto são decisões e prerrogativas do Legislativo, está escrito nas estrelas que haverá uma reação do Congresso.

A FALÊNCIA DE UM CONVÊNIO MALNASCIDO

por Reinaldo Dantas Sampaio
Presidente da ABIROCHAS

As empresas brasileiras da indústria de rochas ornamentais e de revestimento foram vítimas de um vexame na maior feira internacional do setor, a COVERINGS SHOW que ocorre nos Estados Unidos da América, na cidade de Atlanta, no período de 22 a 25 de abril, em decorrência da desastrosa instalação do Pavilhão Brasileiro, conduzida por uma entidade conveniada com a Apex-Brasil.

Há 26 anos o Brasil se faz presente na Coverings, com o maior número de empresas participantes em uma feira internacional do setor, em função da relevante razão dos EUA serem o destino de cerca de 60% das exportações brasileiras de rochas ornamentais. O Pavilhão Brasileiro, todos os anos é sempre um dos mais visitados, exigindo dos organizadores brasileiros um projeto de forte impacto visual e estético, e uma execução impecável.



Imagem do Pavilhão Brasileiro no primeiro dia da Feira Internacional Coverings Show 2024

A feira foi aberta com grande parte do pavilhão brasileiro coberto com “mortaldas pretas”, tentando esconder a não execução da instalação dos estandes a tempo da inauguração, com um projeto esteticamente pobre, que beira o simplismo, mesmo ostentando um orçamento de R\$ 15,9 milhões! Um desespero para as empresas expositoras e, possivelmente, para a própria Apex-Brasil, que nunca vivenciou algo semelhante durante os 26 anos de apoio ao setor. Mas, acima de tudo, um desrespeito com a elegância e exotismo das rochas brasileiras, consideradas entre as mais belas do mundo.



Imagem do Pavilhão Brasileiro no primeiro dia da Feira Internacional Coverings Show 2024

No período de 1999 a 2020, o convênio foi liderado pela ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais, entidade de representação nacional e internacional do setor, que elaborou e implementou o plano estratégico de internacionalização dessa indústria. As conquistas e dados das exportações de rochas ornamentais nesse longo período, permitem afirmar que a parceria Apex-Brasil/ABIROCHAS, está entre os mais exitosos convênios firmados pela agência em toda a sua trajetória.

Entretanto, em 2020, uma “trama” político-institucional que se serviu de métodos que contrariam os mais elementares princípios da governança pública, impôs a transferência do convênio em 2021 para uma entidade sem dimensão nacional e sem a experiência exigida para conduzir a complexa tarefa de representar, organizar profissionalmente e promover as rochas do Brasil no mercado mundial. O convênio não foi devidamente executado nas suas ações previstas e, ainda assim, foi renovado antecipadamente em 2022, ao apagar das luzes, pelo dobro do valor, em R\$ 53,3 milhões (!), sem contar o aporte de recursos adicionais para duas outras feiras internacionais do setor que, estranhamente, vêm sendo executadas diretamente pela própria Apex-Brasil.

Não se poderia esperar um grande resultado de um processo dessa natureza, porém, o vexame no Pavilhão Brasileiro na Coverings 2024 excedeu as piores expectativas e fere, perante o mercado internacional, a imagem de excelência da indústria brasileira do setor, construída em mais de duas décadas.

A ABIROCHAS, objetivando construir uma solução adequada à situação criada em 2021, tem apresentado, em diversas oportunidades, seus protestos à direção anterior e atual da Apex-Brasil, demonstrando a gravidade dos fatos e as evidências de práticas incompatíveis com o que é certo nas relações institucionais público-privadas, não foi atendida.

O fato é que uma exitosa e elogiada parceria técnico-empresarial foi interrompida por interferência política e práticas incorretas e em desacordo com as regras democráticas, que fizeram nascer e ter continuidade um convênio ilegítimo, destituído de criatividade e inovação; ao contrário, retrocedendo dramaticamente na qualidade da gestão e abandonando as estratégias de agregação de valor às exportações do setor e já registrando o declínio das exportações em 2022 e 2023.

Apesar desse fiasco, há tempo e modo de corrigir os erros.

Brasília, 24 de abril de 2024